

2023

RELATÓRIO TÉCNICO

102

Fortalecimento da gestão do trabalho e da educação na saúde para o
SUS: para alcançar o acesso a saúde universal.

1. IDENTIFICAÇÃO DO TC/TA

NÚMERO DO TC:	102		
TÍTULO DO TC:	Fortalecimento da gestão do trabalho e da educação na saúde para o SUS: para alcançar o acesso a saúde universal.		
Objeto do TC:	Fortalecimento da gestão do trabalho e da educação na saúde para o SUS.		
Número do processo:	25000.005331-2018-02	Número do SIAFI:	
Data de início	20/03/2018	Data de término:	19/03/2028

DETALHAMENTO DO TA	Nº	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
TA:	1	recurso	R\$60.000.000,00
TA:	2	prorrogação	R\$0,00
TA:	3	recurso	R\$137.130.000,00
Valor Total no TC:			R\$ 197.130.000,00

ÁREA TÉCNICA RESPONSÁVEL NA CONTRAPARTE

Área técnica	null (null)		
Responsável:			
Endereço:			
Telefone:		E-mail:	

ÁREA TÉCNICA RESPONSÁVEL NA OPAS/OMS

Área técnica	Coordenação de Sistemas e Serviços de Saúde e Capacidades Humanas para Saúde (HSS)		
Responsável:	Julio Pedroza		
Endereço:	Setor de Embaixadas Norte, Lote 19 - Brasília, DF		
Telefone:	(61) 3251-9499	E-mail:	pedrozajul@paho.org

2. CONTEXTO

O Termo de Cooperação 102 tem por objetivo o “Fortalecimento da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde para o SUS: Para alcançar o acesso e a saúde universal”. Ele vem consolidar a parceria, iniciada no ano de 2000, entre OPAS/OMS e Ministério da Saúde, através dos Termos de Cooperação (TC) nº 08, 41 e 57 (este último teve vigência até o ano de 2018). A execução destes TC demonstrou uma incidência no desenho e implementação de ações estratégicas para o desenvolvimento das políticas de Recursos Humanos na Saúde (RHS). Estes antecedentes justificaram a importância de se formular um novo projeto que permita manter e aprimorar as ações geradas pelos referidos TC e que constituem eixos que impulsionam as políticas em desenvolvimento na gestão do trabalho e da educação na saúde necessários para a implementação efetiva do SUS.

Os princípios e diretrizes constitucionais estabelecem à Saúde no Brasil como um direito a ser garantido pelo Estado e instauram o Sistema Único da Saúde (SUS) como o meio para garantir o acesso universal à saúde para a população brasileira. A construção do SUS é um processo que se constitui em uma complexa dinâmica de relação e acordo social sobre as demandas da população em saúde, os avanços técnicos científicos e as inovações em saúde, a disponibilidade orçamentária, a capacidade efetiva de gestão, entre outros elementos que em seu conjunto definem a resposta do estado às necessidades da saúde no país. O presente projeto aborda o desenvolvimento de políticas públicas de saúde que garantam a capacidade de resposta na área de Recursos Humanos para o SUS.

Os avanços do Brasil no campo de RHS têm sido impulsionados pela Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde, do Ministério da Saúde (SGTES/MS), que é responsável pela formulação e condução de políticas nacionais de gestão do trabalho e da educação na saúde, implementadas por meio de um conjunto de programas estratégicos desenvolvidos em coordenação com os níveis estaduais e municipais, bem como, com instituições acadêmicas, de pesquisa e de desenvolvimento social, característica singular que responde a um dos princípios do SUS: a gestão descentralizada e baseada na autonomia dos diferentes níveis de gestão.

A Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação da Saúde (SGTES/MS), por meio de seus Departamentos, centram esforços para o enfrentamento de grandes desafios objetivando contribuir com a qualificação dos serviços de saúde no país, através da inserção dos trabalhadores. E estes trabalhadores devem ser bem formados, em quantidade suficiente, distribuídos equitativamente e com as capacidades adequadas, de acordo com as necessidades de saúde da população.

As políticas desenvolvidas para o campo dos Recursos Humanos em Saúde, nos últimos anos buscam assegurar o acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde, estabelecendo à função da gestão do trabalho e da educação a responsabilidade pelo planejamento, distribuição e qualificação dos trabalhadores, assim como, pela organização do processo de trabalho em saúde. A tendência do país é seguir investindo em estratégias de provimento, fixação e qualificação dos profissionais da saúde aliadas ao desenvolvimento de ações de educação permanente para responder às necessidades de saúde da população, de acordo com os princípios e diretrizes do SUS.

No atual contexto social e político do Brasil, os grandes desafios da política de Recursos Humanos em Saúde são:

- a) Manter uma taxa crescente de investimento na alocação e distribuição de Recursos Humanos que diminua as lacunas e atenda ao objetivo de saúde universal (investimento e desenvolvimento social);
- b) Efetivamente influenciar as tendências sustentadas de concentração da força de trabalho em saúde nas áreas urbanas, nos níveis de alta complexidade, o trabalho fragmentado entre os diferentes níveis da rede e o incremento na capacidade resolutiva do sistema com foco na qualidade (Planejamento e gerenciamento de trabalho);
- c) Estabelecer mecanismos eficazes para democratizar a oferta educacional em saúde, garantir a qualidade, avançar na formação Interprofissional e 4 valorizar a formação em Atenção Primária em Saúde (APS), com ênfase na saúde da família como base para sistemas de saúde resilientes (negociação para fortalecer a governança).

Em Janeiro de 2023 foi publicado o Decreto nº 11.358 com a nova estrutura regimental do Ministério da Saúde onde a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES) passa a ter as funções e estrutura conforme descrito abaixo:

Cabe a SGTES:

- I - ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde;
- II - coordenar a regulação do trabalho na área da saúde;
- III - coordenar a Mesa Nacional de Regulação e Negociação do Trabalho no SUS;
- IV - elaborar, planejar, propor, coordenar e acompanhar a execução da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e das ações de formação e desenvolvimento profissional para a área de saúde;
- V - promover experiências inovadoras em gestão, educação e trabalho na área de saúde;
- VI - planejar, coordenar e apoiar as atividades relacionadas ao trabalho, à educação, à integração ensino e serviço e à organização da gestão da educação e do trabalho na área de saúde;
- VII - estabelecer e incentivar parcerias entre as instâncias gestoras do SUS;
- VIII - planejar e coordenar ações de integração e aperfeiçoamento da relação entre a gestão do SUS, no âmbito dos entes federativos, relativas aos planos de formação, qualificação e distribuição das ofertas de educação e trabalho na área de saúde;

- IX - cooperar, coordenar e participar, no âmbito nacional e internacional, de discussões relacionadas à gestão e à regulação do trabalho e da educação na saúde;
- X - executar ações de planejamento, dimensionamento, monitoramento e avaliação da força de trabalho na área da saúde, baseada na avaliação situacional de saúde da respectiva região;
- XI - pesquisar e desenvolver metodologias de sistematização dos dados e das informações da área da saúde, disponíveis nos sistemas de informações oficiais das três esferas de governo e de suas instituições parceiras e colaboradoras;
- XII - monitorar a utilização dos serviços do SUS como campo de prática para utilização acadêmica dos processos de graduação e pós-graduação; e
- XIII - propor a criação e acompanhar o desenvolvimento de sistemas de certificação de competências profissionais, com vistas à regulação dos processos de trabalho e de educação permanente em saúde.

Art. 51. Ao Departamento de Gestão da Educação na Saúde compete:

- I - participar da proposição e do acompanhamento da educação dos profissionais de saúde e da Política Nacional de Educação Permanente no SUS e no Ministério da Saúde;
- II - buscar a integração dos setores de saúde e educação para o fortalecimento das instituições formadoras no interesse do SUS e a adequação da formação profissional às necessidades da saúde;
- III - promover o desenvolvimento da rede de escolas de governo vinculadas ao Ministério da Saúde e às Secretarias de Saúde estaduais, distrital e municipais e de redes colaborativas de educação em saúde coletiva;
- IV - estabelecer políticas para que a rede de serviços do SUS seja adequada à condição de campo de ensino para a formação de profissionais de saúde e para os processos formativos na rede de serviços do SUS para todas as categorias profissionais;
- V - estabelecer políticas e processos para o desenvolvimento profissional em programas institucionais, interprofissionais e com ênfase no trabalho colaborativo, observados os princípios da atenção integral à saúde; e
- VI - promover processos inovadores na educação em saúde.

Art. 52. Ao Departamento de Gestão e Regulação do Trabalho em Saúde compete:

- I - planejar estudos de análise das necessidades quantitativas e qualitativas de profissionais com perfil adequado às necessidades de saúde da população, com vistas a orientar os processos de provimento, inclusive especialistas;
- II - atuar junto aos gestores estaduais, distritais e municipais para a solução dos problemas de pessoal do setor público e do setor privado pertinentes ao SUS;
- III - promover e participar da articulação de acordos entre as gestões federal, estaduais, distrital e municipais quanto aos planos de produção, à qualificação e à distribuição dos profissionais de saúde do SUS
- IV - coordenar, incentivar e apoiar os Estados, os Municípios, o Distrito Federal, e as instituições públicas, sob regime público ou privado com atuação no SUS, na elaboração e na implementação de planos de organização profissional no âmbito do SUS;
- V - planejar e coordenar as ações de regulação profissional tanto para as novas profissões e ocupações, quanto para as já estabelecidas no mercado de trabalho; e
- VI - propor a criação e acompanhar o desenvolvimento de sistemas de certificação de competências profissionais, com vistas à regulação dos processos de trabalho em saúde.

Para responder a estes desafios é fundamental manter na gestão governamental a produção participativa de diretrizes nas áreas de política, planejamento, informação, gestão e regulação do trabalho e gestão da educação que permitam responder oportunamente as demandas da população em matéria de saúde. Quatro indicadores centrais se identificam como metas do projeto em matéria de recursos humanos: disponibilidade, acessibilidade, aceitabilidade e qualidade dos recursos humanos para o SUS.

Neste sentido a OPAS/BRA, conjuntamente com a SGTES/MS, busca por meio deste TC 102, contribuir para fortalecer a construção de capacidades e formação de perfis profissionais necessários a consolidação do SUS, enfrentando os desafios das políticas públicas nas áreas de gestão do trabalho e educação na saúde.

3. 1º SEMESTRE DE 2023

3.1 AVANÇOS DO PROJETO BASEADOS NOS RESULTADOS ESPERADOS

1) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	1 RE1: Apoiar a instituição da Política de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, visando à integração e ao aperfeiçoamento da relação entre a gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) nos níveis federal, municipal e no Distrito Federal, no que se refere ao planejamento da formação, qualificação e distribuição das ofertas de educação e trabalho na área de saúde.
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	Política de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde elaborada, instituída e implementada Mecanismos de dialogo técnico político de alto nível em funcionamento Todas as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde fortalecidas nas áreas de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde Sistema de informação da força de trabalho do SUS integrado, descentralizado e implementado Metodologia de monitoramento e avaliação do avanço das políticas de gestão do trabalho e da educação na saúde elaborada e implementada
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	100% da Política de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde elaborada, instituída e implementada Funcionamento do sistema de informação da Política de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde Ter espaços intersetoriais de formulação e execução da Política de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde ativos Fortalecer as ações nas áreas de gestão do trabalho e da educação na Saúde nas Secretarias Estaduais, Municipais e do Distrito Federal (de Saúde) Contar com uma referência nacional para o monitoramento dos avanços da política de gestão do trabalho e da educação na saúde
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	6
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	4

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

Neste 1 semestre de 2023 as ações desenvolvidas tiveram como foco a retomada da discussão da Política de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, mobilizando profissionais e instituições em todo o território nacional.

Em março de 2023, aconteceu o Encontro Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde no SUS, que teve como objetivo geral identificar e discutir as prioridades centrais para o trabalho e a educação na saúde, bem como (i) apresentar a situação atual e as perspectivas da secretaria; (ii) socializar a nova proposta de desenho organizativo; e (iii) socializar e debater o planejamento da SGTES de forma compartilhada, coletiva e ascendente.

Foram discutidas, com os participantes, estratégias que contribuam para a melhoria e qualificação das ações da SGTES, com vistas a propor políticas, programas e projetos sustentáveis, que impactam sobre a organização e efetivação do Trabalho e da Educação em Saúde nos âmbitos federal, estadual e municipal. Dessa forma, foram ministradas conferências e exposições das temáticas de gestão do trabalho e da educação na saúde, bem como

realizadas oficinas de trabalho com desdobramento em sínteses dos problemas e das necessidades prioritárias em saúde na perspectiva das cinco regiões do país, assim como a proposição de ações para o seu enfrentamento.

O público participante foi composto por gestores das Secretarias Estaduais de Saúde, gestores municipais representados pelos Conselhos de Secretarias Municipais de Saúde (COSEMS); representantes do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS), da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), das Secretarias do Ministério da Saúde, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), da Comissão Intersetorial de Recursos Humanos e Relações de Trabalho (CIRHRT/ CNS), da Organização Internacional do Trabalho (OIT), do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), além de representantes parceiros, da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESU/MEC), do Ministério da Igualdade Racial, do Ministério da Mulher, do Ministério do Trabalho, das Escolas de Saúde Pública e Escolas Técnicas do SUS e pelos colaboradores da SGTES. O evento contou com a participação de aproximadamente 400 pessoas.

Na perspectiva de retomar pautas estratégicas, a SGTES, por meio do encontro nacional, oportunizou a interação entre os diversos atores que realizam a Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde no SUS. Mais do que a troca de ideias e experiências, o evento promoveu a discussão direcionada para temas como defesa de condições, relações, processos e vínculos de trabalho, formação e qualificação dos profissionais da saúde, planejamento e dimensionamento da força de trabalho, regulação, entre outros, e a reflexão sobre as necessidades e os problemas enfrentados no dia-a-dia do SUS. A partir das oficinas realizadas foi possível conhecer melhor a situação vivenciada no âmbito da saúde nas cinco regiões do Brasil, bem como levantar propostas de ações para seu enfrentamento, de forma colaborativa.

Os resultados subsidiaram o planejamento da Secretaria, cuja proposta é de construção coletiva, compartilhada e ascendente, envolvendo todos os atores e a rede colaborativa que, direta ou indiretamente, colaboram com a Gestão do Trabalho e da Educação na saúde no SUS. Os materiais produzidos neste Encontro, servirão como linha de base para apoiar o desenvolvimento de ações em cada uma das coordenações da secretaria.

No mês de junho foram realizadas, nas 5 Oficinas Regionais - "Planejamento da Área de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Sus" - que reuniu gestores e técnicos da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (GTES) das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde (SES e SMS), das Escolas de Saúde Pública, das Escolas Técnicas de Saúde, dos Conselhos de Secretários Municipais de Saúde (COSEMS), do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (CONASEMS), dos Conselhos Estaduais de Saúde, Universidades Públicas Federais e Estaduais, representantes das Secretarias do Ministério da Saúde, da OPAS e da Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS (MNNP-SUS) para desencadear o processo de elaboração dos Planos Estaduais de GTES do período 2024-2027.

Informações gerais das Oficinas Regionais

Data da realização: 01 e 02 de junho

Oficina

Estados Participantes: Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul (Região Centro-Oeste)

Local: Brasília/DF

Nº de participantes: 163

Data da realização: 06 e 07 de junho

Oficina

Estados Participantes: Amazônia, Pará, Acre, Rondônia, Roraima, Amapá e Tocantins (Região Norte)

Local: Belém/PA

Nº de participantes: 178

Data da realização: 12 e 13 de junho

Oficina

Estados Participantes: Bahia, Alagoas, Sergipe, Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí Pernambuco, Paraíba, Maranhão (Região Nordeste)

Local: Salvador/BA

Nº de participantes: 266

Data da realização: 21 e 22 de junho

Oficina

Estados Participantes: Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo (Região Sudeste)

Local: Rio de Janeiro/RJ

Nº de participantes: 123

Data da realização: 28 e 29 de junho

Oficina

Estados Participantes: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (Região Sul)

Local: Curitiba/PR

Nº de participantes: 105

As oficinas contaram com uma participação total de 835 pessoas.

O processo de planejamento, segundo o enfoque adotado pela SGTES, envolve a elaboração e execução de planos em vários níveis de gestão, que devem ser articulados tanto verticalmente, levando em consideração a configuração tripartite do Sistema Único de Saúde (SUS), quanto horizontalmente, isto é, em cada instância de governo, na medida em que se propõe a inserção das propostas relativas à Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde no Plano Nacional de Saúde e nos Planos Estaduais de Saúde, de modo que as pautas venham a ser contempladas no Plano Plurianual (PPA) Nacional e no Estadual e na Lei Orçamentária Anual, em cada estado da federação.

A partir do Encontro nacional envolvendo gestores, técnicos e pesquisadores convidados, foram identificados e analisados os principais problemas e necessidades, bem como discutidas propostas de ação no âmbito da GTES em cada estado da federação, ponto de partida para a conformação de uma Rede colaborativa de instituições e sujeitos que atuam nessa área. (BRASIL, 2023a)

Dando seguimento a este processo, a SGTES investiu no apoio à elaboração dos Planos estaduais de Gestão do Trabalho e da Educação na saúde (PGTES), para o período 2024-2027, com a expectativa de que se dê a incorporação das propostas específicas desta área nos Planos Estaduais de Saúde (PES) e no Plano Nacional de Saúde (PNS), a serem elaborados este ano, de modo que a inserção de propostas dirigidas à defesa e melhoria de condições, relações, processos e vínculos de trabalho, seguros, dignos e humanizados, potencializados por ações de formação, qualificação e distribuição de ofertas de educação na saúde, venham a ser contempladas no orçamento dos PES e no PNS, com recursos que garantam sua execução a partir de 2024.

Neste contexto foi elaborado um “Guia de Planejamento da GTES no âmbito estadual e municipal do SUS” (BRASIL, 2023b), e organizadas equipes de apoio institucional com a participação de técnicos do DEGES e da DEGERTS, no total de 27 duplas compostas por um técnico/a de cada Diretoria, que foram capacitados para utilização da metodologia de planejamento proposta para o processo de elaboração dos PGTES.

A programação das Oficinas regionais foram organizadas da seguinte forma: (a) mesa de abertura com representantes da direção da SGTES, da OPAS e autoridades sanitárias do Estado que sediou a Oficina; (b) mesa redonda com representantes do setor de planejamento estadual e dos gestores da área de gestão do trabalho e da educação em saúde nos Estados; (c) conferência sobre a metodologia de Planejamento propostas para a elaboração dos PGTES (d) grupos de trabalho, direcionados por metodologias ativas e participativas, para identificação, discussão e priorização de problemas e objetivos a serem incorporados aos PEGTES; (e) plenária para apresentação das prioridades e dos objetivos do PEGTES de cada Estado, e (f) plenária final para definição de pactuações e encaminhamentos.

A análise da situação da gestão estadual do trabalho e da educação na saúde foi realizada em 3 passos considerando as dimensões governança/capacidade de governo, gestão do trabalho na saúde e gestão da educação na saúde. O primeiro compreendeu a priorização de problemas centrais; o segundo a definição de problemas específicos, e o terceiro passo consistiu na definição dos objetivos geral e específicos nas três dimensões definidas: Governança, Gestão do Trabalho e Gestão da Educação na Saúde (BRASIL, 2023).

A priorização, quando realizada, considerou os seguintes critérios: (i) relevância, compreendida como uma característica atribuída a tudo aquilo que seja de fundamental importância para algo, um elemento que tem maior destaque que outros, seja qual for a área; (ii) urgência, compreendida como alguma coisa que exige uma ação rápida e indispensável, apontando para o fator tempo (a rapidez) e o fator necessidade (precisa ser feito), e (iii) factibilidade, ou seja, qualidade ou característica do que é factível, do que pode ser realizado, o que é suscetível de poder ser realizado, exequível, realizável.

A realização das oficinas regionais resultou na aproximação dos atores referência da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde em cada um dos estados brasileiros, bem como na reflexão a respeito das ações, políticas e práticas que permeiam os temas abordados. Ao avaliar os resultados obtidos, percebe-se que os problemas e objetivos encontrados são compartilhados pelos diversos estados, o que reforça a atuação da SGTES no apoio institucional e técnico na elaboração dos planos estaduais.

Destaca-se que o desenvolvimento do processo de elaboração do Plano Estadual de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (PEGTES), com base na metodologia proposta, iniciou-se com as Oficinas Regionais e seguirá nos encontros mensais, on-line, das equipes estaduais, com apoio da coordenação nacional do processo, nos quais serão apresentados os produtos parciais (capítulos do Plano), concomitantemente ao compartilhamento desses produtos com os respectivos setores responsáveis pela elaboração do PEGTES de cada SES. A proposta é que ao final deste ano, cada SES, com o apoio da SGTES, já disponha do seu PEGTES, legitimado nas instâncias de gestão e do controle social do SUS em cada Estado, isto é, na Comissão Intergestores Bipartite (CIB) e no Conselho Estadual de Saúde (CES).

Destaca-se também a realização da “Oficina de Acolhimento e Planejamento do DEGEGES” que teve como objetivo acolher a equipe, apresentar os resultados da Oficina de Identidade Organizacional da SGTES e construir as diretrizes do departamento. Esta atividade insere no contexto de grandes transformações que o DEGEGES passou nos últimos anos, no que tange o esvaziamento das pautas estratégicas. Este Departamento é responsável pela formulação e desenvolvimento de políticas orientadoras da formação e qualificação dos/as trabalhadores/as da saúde no Brasil, tendo como referência a Educação Permanente em Saúde. A nova gestão tem trabalhado no resgate do papel institucional, com a realocação na agenda da gestão federal das políticas que consolidam a educação na saúde como imprescindíveis para operacionalização do sistema e garantia do acesso de qualidade dos/as usuários/as do SUS às ações e serviços de saúde. Neste contexto, a atual gestão do DEGEGES aposta no processo de planejamento participativo, construído de forma ascendente, coletiva e compartilhada, agregando os diversos trabalhadores do departamento, que terá como marco inicial o evento apresentado neste documento.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Não houve nenhuma dificuldade exposta, visto o bom diálogo entre as partes objetivando a retomada de tão importante política para o país.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

Ações desenvolvidas visando a retomada da agenda e a integração dos eixos gestão do trabalho e educação na saúde, evidenciando a articulação com Estados e Municípios.

2) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	2 RE2: Construir estratégias facilitadoras para o melhor exercício da Política de Gestão do Trabalho na Saúde, na perspectiva do reconhecimento do trabalhador como agente transformador do seu ambiente de trabalho e a capacitação desses atores para o enfrentamento dos desafios do SUS.
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	Porcentagem1 de SMS e SES aplicando as metodologias de planejamento, uso gerencial da informação e dimensionamento da força de trabalho nos diferentes níveis da rede de atenção do SUS Porcentagem2 de Gestores do SUS qualificados na área de recursos humanos para o SUS.
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	Ter nas SMS e SES processos de trabalhos fortalecidos pautados nos preceitos da Política de Gestão do Trabalho na Saúde Ter processos de trabalho reorientados a partir da prática da Política de Gestão do Trabalho na Saúde, dentre eles: Programa Nacional de Desprecarização do Trabalho no SUS; Regulação do Trabalho; Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP); Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS); Regulação da formação e do exercício profissional no SUS; e do Provimento emergencial (reanálise da distribuição de médicos no país).
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	4
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	2

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

Este resultado esperado tem como objetivo apoiar a elaboração e implantação de políticas de Gestão do Trabalho em Saúde, promover ações no tema do planejamento da força de trabalho contribui com as políticas de recursos humanos.

No semestre foi realizado, em Brasília-DF, os eventos: Reinstalação da Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS (MNNP-SUS) e a 81ª e 82ª Reunião Ordinária da MNNP-SUS. Organizada pela Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (SGTES/MS), a iniciativa reuniu gestores públicos, prestadores de serviços e entidades sindicais da classe trabalhadora, que trataram dos conflitos e demandas decorrentes das relações de trabalho, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

A Mesa de Negociação é de fundamental importância para a discussão de estratégias de desenvolvimento da rede pública de saúde. A sua atuação é baseada nos princípios da legalidade, da moralidade, da impessoalidade, da qualidade dos serviços, da participação, do controle da sociedade sobre os atos de gestão do governo, da publicidade e da liberdade sindical.

Após permanecer 4 anos paralisada, a MNNP-SUS retoma suas atividades em 2023.

Os eventos buscaram efetivar o fórum de negociação entre empregadores e trabalhadores do SUS sobre todos os pontos pertinentes à força de trabalho em saúde, além de instituir processos negociais de caráter permanente para tratar de conflitos e demandas decorrentes das relações de trabalho no âmbito do SUS, buscando alcançar soluções para os interesses manifestados por cada uma das partes.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Sem dificuldades

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

A MNNP-SUS efetiva o fórum de negociação entre empregadores e trabalhadores do SUS sobre todos os pontos pertinentes à força de trabalho em saúde, além de instituir processos negociais de caráter permanente para tratar de conflitos e demandas decorrentes das relações de trabalho no âmbito do SUS, buscando alcançar soluções para os interesses manifestados por cada uma das partes.

3) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	3 RE3: Promover ações para a melhoria dos níveis de resolutividade e de qualidade dos serviços de saúde prestados à população, no âmbito do SUS, fundamentadas na Política de Gestão da Educação na Saúde.
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	Porcentagem de Instituições de Ensino, SMS e SES aplicando as metodologias de planejamento, uso gerencial da informação da educação nos diferentes níveis da rede de atenção do SUS Porcentagem de Profissionais de Saúde e Gestores do SUS qualificados na área de saúde para o SUS.
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	Ter nas Instituições de Ensino, SMS e SES processos de trabalhos fortalecidos pautados nos preceitos da Política de Gestão da Educação na Saúde. Ter processos de trabalho reorientados a partir da prática da Política de Gestão da Educação na Saúde, dentre eles: expansão e ocupação de vagas de graduação e pós-graduação; abertura e ampliação de vagas nos Programas de Residência em Saúde com foco nas especialidades e regiões prioritárias para o SUS; aumentar e qualificar as ofertas de tele- educação, telediagnóstico e teleconsultoria; formação técnica e processos de qualificação para profissionais de saúde; qualificar a demanda e a conteúdo dos cursos oferecidos pelas Escolas Técnicas do SUS (ETSUS); efetivação de estratégias e ações para o aproveitamento do potencial de profissionais de saúde e gestores do SUS; e da qualificação de profissionais de saúde e gestores em processos de educação, com foco na atenção básica, nas redes e programas prioritários para o SUS.
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	12
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	4

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

Este resultado tem por objetivo fortalecer as políticas de gestão da educação na saúde, por meio da promoção da melhoria da resolutividade e da qualidade dos serviços de saúde prestados à população.

Neste semestre foi firmada Carta Acordo SCON2023-00071 com o Centro de Estudos, Pesquisas e Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CEPESC), para o desenvolvimeto do projeto "Monitoramento de Ações e Apoio Institucional às Escolas de Saúde Pública e Técnicas do Sistema Único de Saúde (SUS)", que tem como objetivo apoiar o DEGEG/SGTES/MS no desenvolvimento de uma agenda de apoio institucional às Escolas de Saúde do SUS.

A proposta deste projeto consiste em promover a interação da equipe técnica do DEGES/SGTES/MS com os profissionais técnico-administrativos, com os gestores acadêmicos e dirigentes das ESP e ETSUS, com vistas ao envolvimento, estímulo e desenvolvimento de iniciativas baseadas nos pressupostos do apoio institucional; atualizar o diagnóstico situacional das Escolas de Saúde Pública e das Escolas Técnicas do SUS, mapeando as ações desenvolvidas nos últimos anos; pactuar um conjunto de ações de apoio institucional ao conjunto de Escolas de Saúde do SUS; ampliar e atualizar banco de dados com informações sobre as Escolas de Saúde Pública do SUS; construir banco de dados com informações sobre as Escolas Técnicas do SUS; customizar módulo web para o processamento de dados das Escolas de Saúde do SUS; capacitar técnicos/responsáveis das Escolas para a utilização do módulo/banco de dados. As atividades desenvolvidas neste período contemplaram elaboração de instrumentos de coletas de dados e reuniões com a Rede de Escolas de Saúde Pública e Escolas técnicas do SUS para orientá-las sobre a aplicação do instrumento.

“Oficina Nacional do PET-Saúde Gestão e Assistência”, em março/2023, com representantes dos projetos aprovados para a edição do PET-Saúde Gestão e Assistência, com o objetivo de discutir e aprimorar os processos de trabalho que estão sendo executados no âmbito dos projetos aprovados pelo Ministério da Saúde a partir do edital do supracitado edital.

O PET-Saúde é um programa cujo fio condutor é a integração ensino-serviço-comunidade. O programa tem a finalidade de ampliar a área de conhecimento sobre programas de educação em saúde, sobretudo aqueles que envolvem a integração entre o universo acadêmico com a realidade do trabalho em saúde, faz-se necessário a oferta de ações educacionais com conteúdos programáticos que possam ser objetos de discussão na temática, para que participantes desse programa tenham a capacidade de direcionar as ações com vistas a alcançar resultados que possam contribuir com a formação mais condizente com as reais necessidades do Sistema Único de Saúde (SUS). O PET-Saúde Gestão e Assistência foi lançado por meio do Edital nº 01 de 11 de janeiro de 2022 e esta foi a primeira oficina de monitoramento e avaliação dos projetos deste Edital. Esta oficina também resultou em levantamento de pontos importantes para o novo Edital que estava sendo elaborado para ser lançado no segundo semestre de 2023.

Destaca-se que a atual gestão da SGTES em articulação com a Secretaria de Atenção Primária a Saúde (SAPS) decidiu interromper as cartas acordos em desenvolvimento pelo Instituto da Primeira Infância (Iprede) Cartas Acordo SCON 2021-00413 e SCON2021-00437 referente aos projetos “Curso sobre prevenção da gravidez na adolescência - Ações Integradas de Educomunicação” e “Curso sobre Prevenção ao Uso de Drogas Lícitas e Ilícitas – Ações Integradas de Educomunicação”, pois os mesmos não atendiam a atual política do Ministério da Saúde para estas áreas.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

As dificuldades ocorridas nesse período foram próprias das necessidades técnicas e administrativas de adequações para viabilizar as ações pactuadas.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

Dentro do contexto de retomada da política de educação na saúde, ressalta-se que as ações desenvolvidas tiveram como objetivo a retomada do diálogo com instituições importantes para a condução da política nos territórios.

4) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	4 RE4: Constituir ações, visando à promoção da educação em saúde, ao fortalecimento das iniciativas próprias de gestão das políticas públicas de saúde e à produção de informações e conhecimentos de trabalhadores e gestores relativos ao direito à saúde e aos serviços prestados pelo SUS.
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	Porcentagem de instituições ativas na Rede de Observatórios de Recursos Humanos em Saúde do Brasil. Porcentagem de uso do Portal de Saúde Baseado em Evidências do Ministério da Saúde.
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	Ter agenda sistemática de pesquisa para a tomada de decisões visando redirecionar a Política de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Fortalecer a produção de evidências aplicada à gestão descentralizada do trabalho e a da educação na saúde e a disseminação da produção de evidências no SUS na busca da qualificação dos processos de trabalho.
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	1
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	1

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

Este resultado tem como objetivo constituir ações visando à promoção da educação em saúde, ao fortalecimento das iniciativas próprias de gestão das políticas públicas de saúde e à produção de informações e conhecimentos de trabalhadores e gestores relativos ao direito à saúde e aos serviços prestados pelo SUS.

Neste semestre destaca-se a publicação da Portaria do Ministério da Saúde, no Diário Oficial da União (DOU), instituindo o Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça e Valorização das Trabalhadoras no Sistema Único de Saúde (SUS). A publicação destaca o acolhimento a trabalhadoras da saúde no processo de maternagem (cuidado cotidiano de crianças sob sua responsabilidade) e a promoção do acolhimento de mulheres considerando seu ciclo de vida no âmbito do trabalho na saúde. A portaria também garante ações de promoção e de reabilitação da saúde mental, considerando as especificidades de gênero e raça, e ações para promover a formação e educação permanente na saúde, considerando as interseccionalidades no trabalho. De acordo com a portaria, o ministério fará chamadas públicas para seleção e execução de projetos, direcionadas aos entes federados, instituições de ensino ou organizações da sociedade civil sem fins lucrativos que tenham interesse em desenvolver ações no âmbito do programa

Dentre os princípios do programa listados pelo ministério estão:

- a inadmissibilidade de todas as formas de discriminação e preconceito de gênero, raça ou de qualquer tipo violências no âmbito do trabalho na saúde, refutando quaisquer comportamentos, prática e discursos que gerem atos discriminatórios e preconceituosos e que consistam em meios de expressar e institucionalizar relações sociais de dominação e opressão;
- a laicidade do Estado, por meio de políticas públicas formuladas, implementadas, monitoradas e avaliadas de maneira independente de princípios religiosos, de forma a assegurar efetivamente os direitos consagrados na Constituição Federal e nos diversos instrumentos nacionais e internacionais assinados pelo Estado brasileiro;
- a equidade, no intuito de atingir a justiça social e assegurar os direitos humanos dos diferentes grupos sociais das trabalhadoras do SUS;
- a transversalidade da política de equidade de gênero e raça em todas as políticas públicas, visando estar presente em todos os programas e políticas do SUS para a ampliação do grau de contato e comunicação entre pessoas e grupos, sem hierarquia;

- a defesa ampla na isonomia de direitos entre gênero e raça, entendida como adoção de práticas de igualdade entre mulheres e homens, considerando a diversidade de raça e etnia, e constituindo um pilar fundamental da gestão organizacional e do êxito institucional;
- a participação e o controle social, uma vez que devem ser garantidos o debate e a participação das trabalhadoras do SUS na formulação, implementação, avaliação e controle social das políticas públicas.

Após o lançamento do Programa, foi realizada a Oficina de Alinhamento Conceitual e Metodológico do Projeto Equidade SUS, que subsidiará a discussão nas oficinas regionais que promoverão o diálogo sobre a identificação das principais fortalezas e fragilidades dos processos relacionados à equidade, bem como o reconhecimento de oportunidades para a construção e desenvolvimento de ações nos estados e municípios. Cada oficina terá como produto um relatório descritivo e analítico que vai compor um documento síntese com os principais resultados e reflexões vivenciadas no desenvolvimento do projeto, de modo a subsidiar futuras ações e projetos do Governo Federal nos territórios.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Sem dificuldades.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

No contexto do que se propõe este resultado considera-se que o Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça e Valorização das Trabalhadoras no Sistema Único de Saúde (SUS) busca criar condições necessárias ao exercício da equidade de gênero e raça no âmbito do SUS fortalecendo e ampliando os processos formativos nesta temática.

5) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	5 RE5: Estabelecer mecanismos de cooperação internacional, visando à solução de problemas relacionados à formação, ao desenvolvimento profissional, à gestão e à regulação do trabalho em saúde, especialmente a solução de questões que envolvam os países do continente americano, os países de língua portuguesa e os países do hemisfério sul.
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	Porcentagem de projetos de cooperação internacional apoiados e desenvolvidos.
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	Fortalecer a participação e o intercâmbio do Brasil nos mecanismos de integração com agendas de gestão do trabalho e da educação na saúde. Promover a liderança técnica e o intercâmbio ativo do Brasil nas agendas regionais no campo de gestão do trabalho e da inovação.
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	1
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	0

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

Atividade planejada não foi executada.

Neste período foi realizada Missão a WDC com objetivo de ampliar o escopo da Cooperação técnica no âmbito internacional. O Brasil procura posicionar-se novamente como líder no desenvolvimento, gestão e capacitação de recursos humanos para a saúde na Região.

A agenda de trabalho teve como tópicos:

- Retomar da agenda de gestão do trabalho e educação em saúde no Brasil em coordenação com a OPAS e os países

das Américas.

- Elaboração de plano de trabalho entre a Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde do Brasil e a OPAS, onde foram abordados temas de cooperação internacional visando o fortalecimento e consolidação da área de Recursos Humanos em Saúde.
- Posicionamento político e estratégico do Brasil na Região, visto que em 2023 o Brasil assume a Presidência Pro tempore do MERCOSUL e em 2024 será a Sede da reunião do G-20.

Em 2024 está sendo organizada a 4 conferência nacional de gestão do trabalho e educação na Saúde e a SGTES durante a Missão apresentou a proposta de se fazer a 1 Conferencia de Recursos Humanos na Saúde da região das Américas.

Durante esta Missão a SGTES também participou da comemoração do Dia Internacional do Enfermeiro 2023 com o tema Recursos humanos de enfermagem para cuidar da população em situação de vulnerabilidade na Região das Américas: disponibilidade, capacidade e regulamentação, realizada na Escola de Enfermagem da Universidade Johns Hopkins. O objetivo deste evento foi estimular a discussão sobre a capacidade, disponibilidade e distribuição de enfermeiros e enfermeiros qualificados para ampliar o acesso e a cobertura de saúde do populações, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade, em serviços de atenção primária de saúde.

Neste período destaca-se a participação da SGTES no Fórum Global de Recursos Humanos na Saúde, realizado na sede da OMS em Genebra. Nesta oportunidade a Secretária apresentou os eixos da política de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde que esta sendo coordenada no âmbito do Ministério da Saúde do Brasil junto com Estados e Municípios.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

N/A

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

A Missão em WDC possibilitou a retomada do Brasil no contexto dos RHS para a região das Américas e perante ao Fórum Global de Recursos Humanos na Saúde.

6) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	6 RE6: Desenvolver capacidade de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde no SUS.
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	Estudos e publicações elaboradas em conjunto e divulgadas.
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	Investigações e/ou estudos de caso relacionados a Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Inquéritos aplicados à amostra significativa de produção de documentos sobre as experiências e boas práticas da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Relatório anual das ações e experiências da cooperação.
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	3
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	2

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

Este resultado tem como objetivo desenvolver capacidade de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde no SUS. As

atividades planejadas foram para apoiar a participação da equipe técnica em eventos, no apoio institucional aos Estados e Municípios e outras ações de interesse da cooperação técnica entre OPAS/BRA e SGTES/MS. Este semestre foi marcado pela mobilização por parte das equipes técnicas aos territórios na retomada da política de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

N/A

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

As atividades realizadas encontram-se em plena execução, sendo compreendida como uma atividade estrategicamente pensada para contribuir com o desenvolvimento da capacidade gestora da SGTES/MS.

3.2 RESUMO SEMESTRAL: 1º SEMESTRE

RE	Ações programadas	Ações finalizadas	Ações adiadas/canceladas	% estado de avanços das ações
1	6	4	0	67%
2	4	2	0	50%
3	12	4	0	33%
4	1	1	0	100%
5	1	0	0	0%
6	3	2	0	67%
Total:	27	13	0	52%

4. 2º SEMESTRE DE 2023

4.1 AVANÇOS DO PROJETO BASEADOS NOS RESULTADOS ESPERADOS

1) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	1 RE1: Apoiar a instituição da Política de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, visando à integração e ao aperfeiçoamento da relação entre a gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) nos níveis federal, municipal e no Distrito Federal, no que se refere ao planejamento da formação, qualificação e distribuição das ofertas de educação e trabalho na área de saúde.
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	Política de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde elaborada, instituída e implementada Mecanismos de diálogo técnico político de alto nível em funcionamento Todas as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde fortalecidas nas áreas de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde Sistema de informação da força de trabalho do SUS integrado, descentralizado e implementado Metodologia de monitoramento e avaliação do avanço das políticas de gestão do trabalho e da educação na saúde elaborada e implementada
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	100% da Política de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde elaborada, instituída e implementada Funcionamento do sistema de informação da Política de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde Ter espaços intersetoriais de formulação e execução da Política de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde ativos Fortalecer as ações nas áreas de gestão do trabalho e da educação na Saúde nas Secretarias Estaduais, Municipais e do Distrito Federal (de Saúde) Contar com uma referência nacional para o monitoramento dos avanços da política de gestão do trabalho e da educação na saúde
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	7
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	4

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA:

Nesse 2º semestre de 2023 foram realizadas atividades de mobilização e articulação com estados, municípios e instituições de ensino e pesquisa que discutem o campo da gestão do trabalho e da educação na saúde.

* Encontro Internacional do Trabalho Decente, Digno, Humanizado e Democrático na Saúde, que teve como objetivo promover um espaço de sensibilização com os atores sociais que atuam na pauta do trabalho decente, por meio da discussão da temática e compartilhamento de experiências, considerando o contexto histórico e as transformações sofridas no mundo do trabalho na saúde.

O encontro foi um marco inicial para a construção de uma agenda positiva, no estabelecimento de espaços que envolvam ações concretas que facilitem a contemplação e o intercâmbio de práticas de gestão no contexto do trabalho decente, digno, humanizado e democráticos desenvolvidas em todo território nacional em consonância com as diretrizes do governo federal. Participaram do encontro equipe técnica da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde -SGTES, representantes das Secretarias do Ministério da Saúde: Secretaria Executiva; Secretaria de

Atenção Primária à Saúde; Secretaria de Atenção Especializada à Saúde; Secretaria de Saúde Indígena; Secretaria de Informação e Saúde Digital; Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente; e Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Complexo Econômico-Industrial da Saúde; Representantes da Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde e do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde; Representantes da Comissão Intersetorial de Recursos Humanos e Relações de Trabalho do Conselho Nacional de Saúde; Membros da Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS; Representantes da Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS/OMS; Representantes da Organização Internacional do Trabalho - OIT; Membros integrantes da REGETS na representação dos estados; Representantes da Internacional do Serviço Público (ISP); Representantes do Ministério do Trabalho e Emprego; Representantes do Ministério Público do Trabalho; Representantes do Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho (DIESAT); Representantes do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE); Representantes da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (CISTT/CNS) e Representantes da Gestão do Trabalho, Recursos Humanos, Saúde e Segurança do trabalhador da saúde, Humanização dos estados da federação.

* A SGTES apoiou a realização da 17ª Conferência Nacional de Saúde (CNS) com o tema “Garantir direitos, defender o SUS, a vida e a democracia – Amanhã vai ser outro dia!”.

Participaram mais de seis mil representantes da sociedade civil, entidades, fóruns regionais, movimentos sociais e organizações que debateram conjuntamente as políticas públicas e propostas para subsidiar as ações e decisões do Governo Federal para o SUS nos próximos anos.

Foram apresentadas 58 propostas de discussão e dezoito delas estavam relacionadas às ações da SGTES:

1. Fortalecer a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde;
2. Valorização da força de trabalho do SUS, com implementação da Política Intersetorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora;
3. Atualização da Política Nacional de Saúde Integral LGBT para LGBTIA+;
4. Efetivar a implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra;
5. Garantir os direitos sexuais e os direitos reprodutivos das mulheres;
6. Fortalecer o Controle Social do SUS, garantindo Educação Permanente, Educação Continuada e Educação Popular em Saúde;
7. Fomentar a representatividade da população negra nos espaços de participação e controle social;
8. Resgatar a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no SUS (PNEPS-SUS);
9. Financiar e promover campanha educativa permanente, de acordo com a Política Nacional de Saúde Integral LGBTQIA+;
10. Desenvolver estratégias para a formação multiprofissional em saúde, prioritariamente em regiões de vazio assistencial e de maior vulnerabilidade;
11. Reorganizar o SUS com planejamento intersetorial e ações transparentes, mapeando e qualificando a força de trabalho;
12. Adotar e potencializar a educação permanente em saúde como política pública estruturante do desenvolvimento do trabalho e dos trabalhadores;
13. Enfrentar o racismo, a intolerância religiosa, o patriarcado, a LGBTQIA+ fobia, o capacitismo, a aporofobia, a violência aos povos indígenas e todas as formas de violência e aniquilação do/a outro/a;
14. (Re)conhecer as manifestações da cultura popular dos povos tradicionais de matriz africana como ações de promoção de saúde e prevenção de doenças;
15. Fomentar a promoção e o desenvolvimento de carreiras para os profissionais do SUS;
16. Valorizar as residências em área profissional da saúde como parte das políticas inclusivas, garantindo acesso e permanência de residentes nos vazios assistenciais;
17. Criar a Carreira Única Interfederativa, com financiamento tripartite, piso salarial nacional para todas as categorias profissionais;
18. Estruturar de forma transversal as políticas de saúde, reconhecendo a interseccionalidade dos determinantes sociais de saúde.

Como parte da etapa nacional da 17ª CNS foram realizadas atividades autogestionadas, que são agendas de caráter não deliberativo, de responsabilidade de organizações e instituições interessadas, oferecidas nos dias pré conferência. A SGTES mobilizou e foi responsável pelas seguintes atividades:

- Estratégias para conformação de uma política de gestão do trabalho resiliente na promoção do acolhimento às vulnerabilidades das/os trabalhadoras/es da saúde. (DGERTS);
- O SUS é uma Escola: perspectivas e desafios da Gestão da Educação na Saúde (DEGES);
- Residências em Saúde como Política Pública (DEGES);
- Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça e Valorização das Trabalhadoras no Sistema Único de Saúde – SUS (DIPRO);

* A cooperação também acompanhou e participou das discussões relativas a elaboração de portarias, a ser publicada

em 2024 referente a instituir comissões para discutir programas importantes para a política de gestão do trabalho na saúde:

- Programa Nacional de Atenção Integral à Saúde e Segurança do Trabalhador e da Trabalhadora do Sistema Único de Saúde - PNAIST/SUS;
- Proposta de Carreira no Âmbito do Sistema Único de Saúde - CDEPCA/SUS;
- Planejamento e Dimensionamento Da Força De Trabalho No Sistema Único De Saúde.

* Nesse período também foi apoiado a participação técnica nas seguintes atividades:

- a) Seminário “A Educação Popular em saúde e movimentos sociais: como fazemos e como queremos fazer”;
- b) Oficina Pedagógica para construção dos módulos do programa Agentes de Educação Popular em Saúde;
- c) Encontro Nacional de Residências;
- d) Seminário Alagoano de Educação Permanente em Saúde;
- e) 12º Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA) - Agroecologia na Boca do Povo;
- f) Oficina de apresentação e alinhamentos Institucionais do Programa de Qualificação Profissional dos Agentes Indígenas de Saúde e dos Agentes Indígenas de Saneamento.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Todas as questões administrativas e técnicas foram sanadas pela parceria entre as equipes da SGTES e da OPAS desde a elaboração, efetivação e monitoramento das ações.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas:

As ações realizadas no segundo semestre possibilitaram dinamizar e ampliar os espaços intersetoriais de formulação e execução da Política de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Além de fortalecer as ações nas áreas de gestão do trabalho e da educação na Saúde nas Secretarias de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal.

2) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	2 RE2: Construir estratégias facilitadoras para o melhor exercício da Política de Gestão do Trabalho na Saúde, na perspectiva do reconhecimento do trabalhador como agente transformador do seu ambiente de trabalho e a capacitação desses atores para o enfrentamento dos desafios do SUS.
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	Porcentagem1 de SMS e SES aplicando as metodologias de planejamento, uso gerencial da informação e dimensionamento da força de trabalho nos diferentes níveis da rede de atenção do SUS Porcentagem2 de Gestores do SUS qualificados na área de recursos humanos para o SUS.
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	Ter nas SMS e SES processos de trabalhos fortalecidos pautados nos preceitos da Política de Gestão do Trabalho na Saúde Ter processos de trabalho reorientados a partir da prática da Política de Gestão do Trabalho na Saúde, dentre eles: Programa Nacional de Desprecarização do Trabalho no SUS; Regulação do Trabalho; Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP); Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS); Regulação da formação e do exercício profissional no SUS; e do Provimento emergencial (reanálise da distribuição de médicos no país).
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	4
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	4

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA:

Este resultado esperado tem como objetivo apoiar a elaboração e implantação de políticas de Gestão do Trabalho em Saúde, promover ações no tema do planejamento da força de trabalho contribui com as políticas de recursos humanos.

* Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS (MNNP-SUS):

Nesse período foi realizada a 7ª reunião extraordinária da mesa nacional de negociação permanente do SUS com a discussão do tema saúde indígena. Foram abordados dois pontos específicos: O modelo de gestão de trabalho e de governança para o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASISUS) e Apontamentos para a Gestão do Trabalho e Educação na Saúde Indígena. As discussões levaram aos seguintes encaminhamentos: Criação de um grupo de trabalho, para discutir a pauta da Força de Trabalho da Saúde Indígena com: Indicação dos membros do GT e participação do GT da Força de Trabalho da Saúde Indígena na reunião da CIRHRT/CNS.

Realizou-se também a 84ª Reunião Ordinária da Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS (MNNP-SUS), que debateu o tema Carreira no SUS, para tratar do tema foram convidados especialistas como a Sra. Joana Cabete Biava (DIEESE), Maria Helena Machado (FIOCRUZ); Alcides Silva de Miranda (URGS); Gastão Wagner (UNICAMP). A discussão elencou questões importante para o tema na atual conjuntura, tais como: a pandemia do Covid 19 e suas repercussões; o reconhecimento da importância do SUS e do funcionalismo público; a experiência recente dos pisos salariais (agentes comunitários, de endemia e a enfermagem; as políticas em torno do complexo econômico e industrial da saúde – CEIS, enfatizadas pelo governo, e as ações do novo PAC voltadas para a saúde; a criação do Ministério da gestão e Inovação – MGI, que pode ajudar na construção de uma visão sistêmica da carreira no SUS; a

necessidade de se avançar no processo de descentralização e regionalização do SUS e a necessidade de pensar a melhoria das carreiras para os impactos das tecnologias 4.0, que vão aumentar a automação e mudar completamente o mercado de trabalho. Foram também apontados alguns riscos que devem ser considerados nessa conjuntura, as reformas administrativas que estão tramitando no nível federal; a discussão sobre a desvinculação dos recursos da saúde, o que pode prejudicar a capacidade do SUS de melhorar as condições de trabalho e as discussões sobre a carreira. Mas também foi enfatizado um conjunto de oportunidades, desafios e diretrizes observadas no estabelecimento de carreira no SUS. Foi citado que na 17ª Conferência Nacional de Saúde houve uma presença menor da discussão da carreira que na conferência anterior, (na 16ª). Concluiu-se que estamos no momento inicial do debate sobre carreira no SUS, e que é importante fazer esse retrospecto vez que a carreira é tema totalmente previsto no ordenamento.

A 85ª Reunião Ordinária da Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS (MNNP-SUS) foi realizada em Manaus e teve o tema da saúde indígena como principal ponto tratado. Destaca-se aqui alguns pontos de encaminhamento:

- a) Elaboração, por parte da SINDCOPSI, de documento a ser pactuado na MNNP-SUS, para a Ministra da Saúde, no intuito de fortalecer a luta pelo reconhecimento da categoria de AIS e AISAN.
- b) SINDCOPSI encaminhará para os membros da Mesa (por meio da Secretaria Executiva da MNNP-SUS) documento sobre problemas que estão acontecendo em alguns DSEI de denúncias de assédios e demissões imotivadas de trabalhadores e trabalhadoras da saúde indígena.
- c) Inserção do Ministério dos Povos Indígenas no GT de Força de Trabalho da Força de trabalho da saúde indígena.
- d) Elaboração de relatório técnico, pelo GT de Saúde Indígena acerca das visitas técnicas realizadas com a seguinte estruturação:
 - 1- Condições de trabalho
 - 2- Dimensionamento da força de trabalho.
 - 3- Composição de equipe.
 - 4- Saúde do Trabalhador – abordar fatores de risco e jornada de trabalho.
 - 5- Ações intersetoriais que impactam.
- e) A Mesa poderá sugerir, ao Ministério da Saúde, a realização de um debate sobre o Sistema de Regulação para os povos indígenas.
- f) Elaborar/instituir protocolos para as visitas técnicas, abarcando pontos éticos, de entrevistas, de registros fotográficos e escutas.
- g) Representante da CONFETAM, Irene Rodrigues, apresentará no Fórum Nacional de Enfermagem, a pauta relacionada o atraso do pagamento de retroativo do piso de enfermagem dos trabalhadores da saúde indígena.
- h) Realização, por parte do GT de Saúde do Trabalhador, de discussão sobre questões ligadas ao assédio moral no conjunto institucional do SUS (incluindo trabalhadores indígenas).

Nesse período iniciou-se o projeto Elaboração de Metodologia para Implantação da Rede Integrada de Informações em Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora da Saúde, SCON2023-00232, com objetivo de elaborar a metodologia para implantação da Rede Integrada de Informações em Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora de Saúde. Para alcançar o objetivo proposto foram planejadas as seguintes atividades: (1) Realizar levantamento prévio dos fluxos formais e informais da produção de dados sobre saúde do trabalhador e trabalhadora da saúde; (2) Elaborar fluxo de dados para a implantação da rede integrada de informações em saúde do trabalhador e da trabalhadora d saúde; (3) Validar fluxo de dados elaborados junto aos atores envolvidos; e (4) Elaborar plano de negócios para implantação da rede integrada de informações em saúde do trabalhador e da trabalhadora da saúde.

Com o objetivo de apoiar à SGTES/MS em duas frentes de trabalho: 1) sistematização de informações sobre força de trabalho em saúde para subsidiar as atividades voltadas à elaboração dos Planos Estaduais de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (PEGTES) e 2) qualificação do processo de análise de dados realizado pelo Departamento de Gestão e Regulação do Trabalho em Saúde (DEGERTS). Foi celebrado com a Associação Rede Unida, carta acordo SCON2023-00187, para executar o projeto “Força de Trabalho em Saúde: A Produção de Informações na Perspectiva do Fortalecimento Institucional”, com objetivo de apoiar a equipe técnica da secretaria na execução do processo de planejamento na área da gestão do trabalho e da educação na saúde e na preparação de relatórios de dados e informações sobre oferta e demanda de força de trabalho em saúde em âmbito estadual. Com relação à segunda frente de trabalho, o projeto tem por objetivo específico apoiar a equipe técnica do DEGERTS na qualificação do processo de análise de dados secundários relativos à força de trabalho em saúde. Em ambos os casos, o principal resultado esperado é contribuir para a produção de sínteses e análises das informações sobre força de trabalho em saúde com base nos sistemas de informações existentes para subsidiar a formulação de políticas, estratégias e ações no campo da gestão do trabalho e da educação na saúde no SUS. Conforme previsto na proposta do projeto (cronograma e resultado esperado), foram publicados 27 cadernos de informações, um para cada UF. Todos podem ser acessados no site da REDE UNIDA por meio do seguinte link: <https://www.redeunida.org.br/pt-br/dimensionatrabalho/menu/material-pedagogico-forca-do-trabalho-em-saude/>. Com a publicação dos Cadernos de Informações sobre a Força de Trabalho em Saúde, iniciou-se a tarefa de sistematização de dados e informações para a produção de inteligência coletiva sobre dois "grandes números" de interesse para a análise da dinâmica entre oferta e

demanda de força de trabalho em saúde: 1) o conjunto de "profissionais de saúde qualificados", ou seja, concluintes de cursos de graduação de nível superior e/ou cursos de educação profissional técnica de nível médio na área da saúde, e 2) o subconjunto de profissionais de saúde qualificados "empregados no setor saúde", ou seja, inseridos no mercado formal ou informal como trabalhadores que exercem atividades econômicas de atenção à saúde humana.

Nesse período, foi desenvolvido no âmbito da cooperação, produto sobre o levantamento, a identificação e a sistematização de informações referentes aos critérios de acesso, tipos de programas ou medidas de reserva de vagas dos cursos de medicina vinculados a Instituições de Ensino Privadas com ou sem fins lucrativos no Brasil. Partindo do cenário de expansão da oferta predominantemente particular de cursos e vagas de graduação de medicina no País, induzida principalmente após a Lei Mais Médicos, de 2013, buscou-se verificar a prática e a frequência de ações afirmativas potencialmente geradoras de maior inclusão social no ensino médico privado. A pesquisa contou com análise documental de legislação sobre o tema; com etapa quantitativa, com base em dados secundários do sistema e-MEC e do Censo do INEP/MEC; e com etapa qualitativa, que consistiu na análise de editais publicados por 258 escolas médicas privadas para ingresso em cursos de graduação no ano de 2024. Foram investigados o registro ou a menção a reserva de vagas sociais e étnicas, à similaridade da preconizada pela Lei de Cotas das universidades federais (Lei Federal nº 12.711, de 2012) e por iniciativas de universidades estaduais públicas; oferta de bolsas de estudo integrais ou parciais; acesso a créditos estudantis (ProUni e FIES); e utilização do ENEM como modalidade de ingresso na graduação. Devido a baixa frequência das medidas de inclusão no universo das escolas privadas optou-se pela descrição mais detalhada de casos emblemáticos. Concluiu-se que, diferentemente das escolas médicas públicas, impactadas desde 2012 pela Lei de Cotas, a democratização do acesso a cursos de medicina privados se dá de forma mais gradual e residual. Em cenário de continuidade da expansão de cursos de medicina privados, definida pelo Governo Federal em 2023 e 2024, novas medidas regulatórias seriam recomendáveis para compatibilizar a deliberada privatização do ensino médico com a almejada meta de tornar a Medicina no Brasil mais diversa e socialmente inclusiva.

* Grupo de Trabalho de Práticas Avançadas de Enfermagem no Brasil (GT-PAE).

Diante do debate internacional sobre Práticas Avançadas em Enfermagem, das iniciativas e incentivos de organismos internacionais para ampliação do escopo de práticas das enfermeiras nos países, da heterogeneidade desse debate no Brasil e as particularidades do nosso sistema de saúde, foi constituído GT-PAE pela necessidade de análise coletiva do contexto brasileiro, no que tange ao atual escopo de práticas das(os) enfermeiras(os), sua formação e regulação do trabalho, com fins de propor caminhos para potencializar o papel dessa força de trabalho para atender às necessidades de saúde e do Sistema Único de Saúde (SUS).

Desta forma buscou-se o diálogo entre instituições essenciais nesse processo: representações das diversas áreas do Ministério da Saúde, dos gestores estaduais e municipais, entidades do campo da enfermagem e a Coordenação de Aperfeiçoamento Profissional de Nível Superior, com vistas a analisar o contexto atual das práticas em enfermagem em todo o território nacional, identificar as diferentes competências e experiências regionais e apresentar propostas para a formação, qualificação e regulação do trabalho, visando uma prática ampliada da enfermeira, coerente com os princípios do SUS e com o modelo de formação profissional brasileiros, com a devida segurança para trabalhadoras(es) e usuários(as) do sistema de saúde. Este GT tem os seguintes objetivos:

- Mapear o escopo de práticas de enfermagem no Brasil, com o objetivo de analisar as competências profissionais em cada região e as necessidades de avanço no desenvolvimento profissional;
- Propor políticas para consolidar as competências necessárias à execução das práticas de enfermagem em todo território nacional;
- Apresentar e discutir estudos comparativos dos diversos modelos de Enfermagem de Práticas Avançadas (EPA) correlacionando com a realidade brasileira;
- Propor estratégias para a qualificação e formação de Enfermeiras na perspectiva de ampliação do escopo de práticas considerando as necessidades e especificidades loco regionais; e
- Elaborar recomendações e propor medidas de regulação das práticas de enfermagem, de forma a promover a transparência das ações do enfermeiro perante a sociedade, e o reconhecimento de suas competências perante outras profissões de saúde, bem como garantir a segurança jurídica das(os) Trabalhadoras(es).

Foi pactuada a realização de 12 reuniões de trabalho com intervalo, sempre que possível com periodicidade mensal, de forma presencial, em Brasília, mas com possibilidade de participação remota. As seis primeiras reuniões foram destinadas à análise do contexto nacional e internacional e composição de uma espécie de diagnóstico, sendo as últimas seis reuniões previstas para a elaboração/sistematização/fundamentação de propostas.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Todas as questões administrativas e técnicas foram sanadas pela parceria entre as equipes da SGTES e da OPAS desde a elaboração, efetivação e monitoramento das ações. Importante destacar que o processo de elaboração de projetos

discutido previamente tem permitido que o acompanhamento e a entrega dos produtos tenham maior fluidez, atendendo as necessidades da gestão.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas:

Este resultado esperado tem como objetivo apoiar a elaboração e implantação de políticas de Gestão do Trabalho em Saúde, promover ações no tema do planejamento da força de trabalho contribui com as políticas de recursos humanos. Neste sentido, a MNNP-SUS efetiva o fórum de negociação entre empregadores e trabalhadores do SUS sobre todos os pontos pertinentes à força de trabalho em saúde, além de instituir processos negociais de caráter permanente para tratar de conflitos e demandas decorrentes das relações de trabalho no âmbito do SUS, buscando alcançar soluções para os interesses manifestados por cada uma das partes. Os estudos em desenvolvimento por meio da cooperação técnica também apoiam o alcance dos resultados esperados.

3) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	3 RE3: Promover ações para a melhoria dos níveis de resolutividade e de qualidade dos serviços de saúde prestados à população, no âmbito do SUS, fundamentadas na Política de Gestão da Educação na Saúde.
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	Porcentagem de Instituições de Ensino, SMS e SES aplicando as metodologias de planejamento, uso gerencial da informação da educação nos diferentes níveis da rede de atenção do SUS Porcentagem de Profissionais de Saúde e Gestores do SUS qualificados na área de saúde para o SUS.
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	Ter nas Instituições de Ensino, SMS e SES processos de trabalhos fortalecidos pautados nos preceitos da Política de Gestão da Educação na Saúde. Ter processos de trabalho reorientados a partir da prática da Política de Gestão da Educação na Saúde, dentre eles: expansão e ocupação de vagas de graduação e pós-graduação; abertura e ampliação de vagas nos Programas de Residência em Saúde com foco nas especialidades e regiões prioritárias para o SUS; aumentar e qualificar as ofertas de tele-educação, telediagnóstico e teleconsultoria; formação técnica e processos de qualificação para profissionais de saúde; qualificar a demanda e a conteúdo dos cursos oferecidos pelas Escolas Técnicas do SUS (ETSUS); efetivação de estratégias e ações para o aproveitamento do potencial de profissionais de saúde e gestores do SUS; e da qualificação de profissionais de saúde e gestores em processos de educação, com foco na atenção básica, nas redes e programas prioritários para o SUS.
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	12
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	4

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA:

Nesse segundo semestre 2023 foi firmado Carta Acordo SCON2023-00277, com o Centro de Estudos, Pesquisas e Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CEPESC), para desenvolvimento do projeto “Diretrizes e Orientações para a Formação Profissional de Nível Técnico em Enfermagem” que tem como objetivo construir proposta de diretrizes e orientações para a formação profissional técnica de nível médio em enfermagem referenciada nos pressupostos do SUS, da educação permanente e da visão ampliada de competência profissional. Esse projeto tem como proposta o desenvolvimento das seguintes atividades considerando as normativas do sistema educacional e a atuação das Escolas Técnicas do SUS: 1) diagnóstico da Formação Profissional Técnica de Nível Médio em Enfermagem no Brasil; 2)

definição dos Pressupostos Teóricos, do Perfil de Competências e da Estrutura Curricular; 3) elaboração da Proposta de Diretrizes e Orientações para a Formação Profissional Técnica de Nível Médio em Enfermagem.

Destaca-se que as atividades programadas para o desenvolvimento da Carta Acordo SCON2023-00071 firmada no primeiro semestre 2023, com o CEPESC, para execução do projeto "Monitoramento de Ações e Apoio Institucional às Escolas de Saúde Pública e Técnicas do Sistema Único de Saúde (SUS)", com o objetivo de apoiar o DEGES/SGTES/MS no desenvolvimento de uma agenda de apoio institucional às Escolas de Saúde do SUS, foram desenvolvidas conforme o planejado. As ações previstas no projeto contribuíram para o levantamento diagnóstico das Escolas de Saúde do SUS e criação de módulo web para o processamento de dados sobre as Escolas. Pretende-se, ao final, que este módulo seja incorporado ao sistema de processamento de dados sobre educação na saúde criado pela SGTES/MS em parceria com a Universidade Federal de Goiás. O módulo corresponde a um banco de dados automatizado que poderá ser acessado gratuitamente e publicamente por gestores, profissionais, estudantes e a comunidade em geral, capaz de fornecer dados e informações sobre as Escolas de Saúde do SUS. Estas informações poderão ser utilizadas pela gestão para a tomada de decisão, bem como por pesquisadores e outros interessados para a produção de estudos.

Os resultados parciais apresentados nesse período dizem respeito à: programação operacional da pesquisa, que teve como objetivos prioritários a organização da equipe e o detalhamento metodológico da pesquisa; levantamento e análise dos dados empíricos, durante a qual foi elaborado o instrumento de coleta de dados, aplicado junto às Escolas de Saúde Pública e as Escolas Técnicas do SUS, que permitiu a confecção de um relatório diagnóstico e de um banco de dados sobre estas Escolas.

* Seminário Nacional de Residência em Área Profissional da Saúde

Em setembro/23, a SGTES/MS, por meio da Coordenação Geral de Residências em Saúde (CGRES/DEGES/SGTES/MS) que coordena e fomenta programas, projetos e ações estratégicas no âmbito da Residência Médica e da Residência em Área Profissional da Saúde (multiprofissional e uniprofissional), realizou dois Seminários em parceria com a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC): Seminário Nacional de Residência em Área Profissional da Saúde (dias 4 e 5/09/23), com a participação de cerca de aproximadamente 300 pessoas e o Seminário Nacional de Residência Médica (dias 18 e 19/09/23), com a participação de cerca de 200 pessoas, totalizando 500 participantes em ambos os seminários. Estes seminários tiveram como objetivos:

- Promover discussões para subsidiar a elaboração de uma Política Nacional de Residências em Saúde;
- Identificar a interface entre a política de residências e as necessidades de saúde da população;
- Identificar desafios e perspectivas para as residências em saúde;
- Subsidiar a gestão federal em suas iniciativas;
- Aproximar a gestão federal das CEREM, CODEMU, COREME, COREMU, residentes e corpo docente-assistencial dos programas de residência;
- Promover a troca de experiências entre atores e atrizes da política residências em saúde;
- Iniciar um processo de planejamento ascendente, democrático e participativo da gestão das residências em saúde, com formulação de propostas;

Participaram dos seminários atores envolvidos no ecossistema das Residências em Saúde no Brasil, representantes de entidades das três esferas de gestão, das instâncias de controle social, entidades profissionais, e todas as entidades com assento na Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde (CNRMS) e na Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM), conforme lista abaixo:

- Secretarias do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação;
- Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH);
- Conselho Nacional de Saúde (CNS);
- Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS);
- Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS);
- Secretarias Estaduais de Saúde;
- Escolas de Saúde Pública Estaduais e Municipais;
- Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES);
- Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM);
- Comissões Descentralizadas Multiprofissionais de Residência (CODEMU);
- Comissões Estaduais de Residência Médica (CEREM);
- Fóruns nacionais de residentes, tutores, preceptores, coordenadores e apoiadores de residências em saúde;
- Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG);
- Associação Nacional de Médicos Residentes (ANMR);
- Associações e conselhos profissionais, sociedades de especialidade e entidades médicas (Associação Médica Brasileira (AMB);
- Federação Nacional dos Médicos (FENAM);
- Federação Médica Brasileira (FMB);

- Associação Brasileira de Educação Médica (ABEM);
- Federação Brasileira das Academias de Medicina (FBAM);
- Conselho Federal de Medicina (CFM);
- Rede Nacional de Médicas e Médicos Populares (RNMP);
- Associação Brasileira de Médicas e Médicos pela Democracia (ABMMD);
- Câmaras Técnicas e entidades com assento na Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM) e na Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde (CNRMS).

Apesar das especificidades dos seminários para cada modalidade de residência, os objetivos, a programação e a metodologia utilizada em ambos foram semelhantes. A programação dos seminários desenvolveu-se ao longo de dois dias, dividida entre Plenárias e Grupos de trabalho (GTs). Os Seminários abordaram elementos fundamentais para subsidiar a elaboração de uma Política Nacional das Residências em Saúde (PNRS). Para tanto, foram definidos 5 (cinco) eixos de discussão: I. Gestão das residências em saúde; II. Valorização dos residentes e do corpo docente-assistencial; III. Necessidades de saúde e residências; IV. Aspectos pedagógicos nas residências em saúde; V. Avaliação dos programas de residências em saúde. O resultado dos dois seminários subsidiará a elaboração da Política Nacional de Residências em Saúde, com previsão de lançamento no ano 2024.

* Projeto Formação Médica para o Brasil: Onde Estamos e para Onde Vamos? Um Olhar Comprometido com a Responsabilidade Social no Século XXI

O segundo semestre de 2023, foi um período de grande discussão entre SGTES, OPAS e ABEM para o desenvolvimento de um projeto que contemplasse ações de fortalecimento das Políticas Públicas no campo da educação médica no Brasil, garantindo abordagens referente a equidade e a responsabilidade social da formação profissional em saúde. Este projeto foi elaborado com previsão para ser firmado, por meio de carta acordo no primeiro semestre 2024.

Em dezembro/23 foi realizado evento de lançamento do projeto que contou com a presença da Ministra da Saúde e do Ministro da Educação, como também com a representação de instituições que discutem tecnicamente e politicamente o ensino médico no Brasil: Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde (SGTES/MS); Secretaria de Ensino Superior (SESU/MEC); Associação Brasileira de Educação Médica (ABEM); Representantes: das Instituições de Ensino Superior; da Organização Panamericana da Saúde (OPAS/OMS); do Conselho Federal de Medicina (CFM); da Associação Médica Brasileira (AMB); do Conselho Nacional de Saúde (CNS); da Secretaria de Atenção Primária a Saúde (SAPS); da Secretaria de Informação e Saúde Digital (SEIDIGI).

Este evento teve como objetivo promover de forma articulada e propositiva a escuta das experiências institucionais e acadêmicas diante da necessidade do fortalecimento de Políticas Públicas responsáveis pela abertura, avaliação, monitoramento e reconhecimento das escolas médicas e da educação médica brasileira de modo ampliado, levando em consideração as iniquidades sociais no Brasil contemporâneo. Importante destacar que este evento contou com a participação de 123 convidados.

Inicialmente foi proposto uma mesa de Diálogo sobre a Formação Médica e responsabilidade social no século XXI: desafios para as Universidades. A dinâmica do evento contou com 4 grupos de trabalho e teve como primeira ação integrar os convidados e representantes de entidades médicas apresentando a proposta de trabalho abrindo um espaço de acolhimento e escuta, de participantes estratégicos para a educação médica brasileira, acerca das experiências institucionais e desafios diante da necessidade de fortalecimento de Políticas Públicas responsáveis pela abertura, avaliação, reconhecimento das escolas médicas e monitoramento das escolas médicas, levando em consideração as iniquidades sociais no Brasil contemporâneo.

A partir da estratégia didática do Café Mundial, renomeada de Café com Prosa, buscou-se garantir a participação de todos para responder coletivamente sobre:

- sucesso das experiências brasileiras de transformação da Educação Médica;
- desafios da Educação Médica Brasileira neste momento;
- o que precisamos como sociedade/ coletividade para superar os desafios contemporâneos da Educação Médica brasileira.

Nesse período no âmbito da cooperação técnica foi firmado contrato de serviços profissionais especializados que subsidiará tecnicamente os gestores e gestoras da SGTES/MS, na identificação, levantamento e sistematização de informações acerca das Escolas de Medicinas, públicas e privadas, em âmbito federal, estadual e municipal, objetivando apoiar o desenvolvimento de projetos, a realização de pesquisas, a produção estudos e a tomada de decisão no que tange as ações de aprimoramento da formação médica no País. Os produtos serão apresentados no ano 2024.

* Apoio a participação técnica nas seguintes atividades:

- a) Seminário de encerramento do curso em Preceptoria no SUS no município de Rio Verde;
- b) VI Simpósio Regional e VI Mostra de Experiências Exitosas sobre Integração Ensino-Serviço-Comunidade em Campinas -SP;
- c) 61º Congresso Brasileiro de Educação Médica – COBEM, realizado em Fortaleza/CE;
- d) A importância das Residências em Saúde como Política Pública - I Jornada de Ensino, Pesquisa, Extensão e Saúde Digital do Huab, no Rio Grande do Norte;
- e) Curso de Qualificação Psicossocial Trabalhadores da Saúde Indígena realizado em Cuiabá/MT.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Todas as questões administrativas e técnicas foram sanadas pela parceria entre as equipes da SGTES e da OPAS desde a elaboração, efetivação e monitoramento das ações. Importante destacar que o processo de elaboração de projetos discutido previamente tem permitido que o acompanhamento e a entrega dos produtos tenham maior fluidez, atendendo as necessidades da gestão.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas:

Este resultado tem por objetivo fortalecer as políticas de gestão da educação na saúde, por meio da promoção da melhoria da resolutividade e da qualidade dos serviços de saúde prestados à população. Neste semestre destaca-se ações de articulação, mobilização visando a retomada de pautas importantes para a qualificação de processos formativos voltados a formação médica e de enfermagem, bem como o fortalecimento de instituições de ensino superior e técnico, responsáveis pela formação do SUS. Ressalta-se também as importantes ações visando a elaboração da política de residência fortalecendo a formação de especialistas e todo investimento nas Escolas do SUS.

4) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	4 RE4: Constituir ações, visando à promoção da educação em saúde, ao fortalecimento das iniciativas próprias de gestão das políticas públicas de saúde e à produção de informações e conhecimentos de trabalhadores e gestores relativos ao direito à saúde e aos serviços prestados pelo SUS.
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	Porcentagem de instituições ativas na Rede de Observatórios de Recursos Humanos em Saúde do Brasil. Porcentagem de uso do Portal de Saúde Baseado em Evidências do Ministério da Saúde.
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	Ter agenda sistemática de pesquisa para a tomada de decisões visando redirecionar a Política de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Fortalecer a produção de evidências aplicada à gestão descentralizada do trabalho e a da educação na saúde e a disseminação da produção de evidências no SUS na busca da qualificação dos processos de trabalho.
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	1
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	1

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA:

Nesse segundo semestre/2023, por meio da cooperação técnica, a SGTES apoiou os estados na elaboração dos Planos estaduais de Gestão do Trabalho e da Educação na saúde (PGTES), para o período 2024-2027.

Foi desenvolvido proposta pedagógica para qualificar atores estratégicos responsáveis pelas ações da área de

Trabalho e da Educação na Saúde, no âmbito dos Estados e Distrito Federal e corpo técnico da SGTES-MS em planejamento da gestão do trabalho e da educação em saúde de modo a qualificar o processo de elaboração dos PEGTES.

Considerando o processo de reconstrução de políticas estratégicas para o desenvolvimento do SUS no próximo quadriênio, a SGTES/MS propôs o desenvolvimento de um processo de planejamento participativo, construído de forma ascendente, coletiva e compartilhada, agregando os diversos atores do campo do trabalho e educação na saúde no âmbito nacional, estadual e municipal. Dessa forma, propôs o fortalecimento do processo de planejamento da GTES nas várias instâncias do SUS, com vistas à elaboração dos Planos Estaduais de Gestão do Trabalho e da Educação na saúde (PEGTES), e à incorporação das propostas específicas desta área nos Planos Estaduais de Saúde (PES) e no Plano Nacional de Saúde, a serem elaborados em 2023, de modo que tais ações sejam contempladas no orçamento dos PES e no PNS, com recursos que garantam sua execução a partir de 2024. Para apoiar este processo foi firmada Carta Acordo com a Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão – FAPEX, SCON 2023-00193, para executar o Curso de capacitação/atualização em Planejamento e Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde com objetivo de capacitar em planejamento da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde o grupo de gestores e técnicos das SES e da SGTES/MS envolvido no processo de elaboração dos Planos Estaduais de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde 2024- 2027.

Dirigido aos integrantes das equipes técnicas de GTES das Secretarias Estaduais de Saúde, de modo a subsidiar a apropriação das bases conceituais e metodológicas do processo de elaboração do PEGTES. O curso teve duração de 120 horas, distribuídas ao longo do semestre, contemplando encontros presenciais e supervisão on line ao longo do processo de elaboração do PEGTES em cada Estado da federação.

Este movimento ocasionou na pactuação e publicação da Portaria GM/MS nº 2.168, de 5 de dezembro de 2023 - Institui o Programa de Valorização da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde - ValorizaGTES-SUS. <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-2.168-de-5-de-dezembro-de-2023-528588815>, que tem como objetivo de incentivar o fortalecimento e a consolidação das áreas de gestão do trabalho e da educação na saúde no SUS a partir do planejamento de ações e iniciativas relacionadas à gestão do trabalho e da educação na saúde, de acordo com o Planejamento Regional Integrado - PRI, com vistas a estimular, acompanhar e fortalecer o trabalho na saúde;

O segundo semestre de 2023 foi marcado pelo lançamento do portal do Centro Nacional de Informações do Trabalho em Saúde (Cenits), que compila dados destinados à produção de informações para subsidiar gestores e profissionais na formulação e implementação de políticas públicas de saúde. A SGTES ao lançar este portal pretende apresentar dados sobre saúde e segurança, carreira, regulação e censo da força de trabalho no SUS. Com a plataforma, é possível acessar painéis de apoio à gestão, que sistematizam dados e informações sobre profissionais da saúde, contemplando as quatro esferas governamentais: federal, estadual, distrital e municipal. O levantamento é realizado a partir de diferentes bases de dados e sistemas oficiais do governo.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Todas as questões administrativas e técnicas foram sanadas pela parceria entre as equipes da SGTES e da OPAS desde a elaboração, efetivação e monitoramento das ações. Importante destacar que o processo de elaboração de projetos discutido previamente tem permitido que o acompanhamento e a entrega dos produtos tenham maior fluidez, atendendo as necessidades da gestão.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas:

Este resultado tem como objetivo constituir ações visando à promoção da educação em saúde, ao fortalecimento das iniciativas próprias de gestão das políticas públicas de saúde e à produção de informações e conhecimentos de trabalhadores e gestores relativos ao direito à saúde e aos serviços prestados pelo SUS. As ações desenvolvidas neste período possibilitou trabalhar informações de gestão do trabalho e da educação visando a elaboração dos planos estaduais de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde 2024-2027.

5) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	5 RE5: Estabelecer mecanismos de cooperação internacional, visando à solução de problemas relacionados à formação, ao desenvolvimento profissional, à gestão e à regulação do trabalho em saúde, especialmente a solução de questões que envolvam os países do continente americano, os países de língua portuguesa e os países do hemisfério sul.
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	Porcentagem de projetos de cooperação internacional apoiados e desenvolvidos.
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	Fortalecer a participação e o intercâmbio do Brasil nos mecanismos de integração com agendas de gestão do trabalho e da educação na saúde. Promover a liderança técnica e o intercâmbio ativo do Brasil nas agendas regionais no campo de gestão do trabalho e da inovação.
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	2
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	1

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA:

Nesse semestre a cooperação técnica proporcionou a participação do Brasil em importantes iniciativas ocorridas na região:

Setembro/23 – 1) Oficina Regional, realizado na cidade do Panamá, “Desenvolvimento do Sistema de Informação sobre Recursos Humanos em Saúde nas Américas”, que teve como objetivos: a) Definir uma metodologia para o mapeamento das Profissões de Saúde na região; b) Identificar os atores envolvidos na construção do SIRHS nos países; c) Validar uma metodologia para a avaliação da maturidade do SIRHS; d) Atualizar o estado das Contas Nacionais da Força de Trabalho em Saúde a nível regional e global.

Este evento contou com a participação de representantes dos países da Região das Américas e Caribe, onde houveram importantes momentos de compartilhamento de experiências a partir das apresentações de estudos da equipe de HRH em WDC e da OMS, responsáveis pelas Contas Nacionais da Força de Trabalho em Saúde. A metodologia utilizada permitiu fazer exercícios, utilizando a plataforma do CVSP, que trouxesse a realidade do país referente aos Sistemas de Informações dos RHS. Os SIRHS são fundamentais para a boa gestão dos recursos humanos em saúde e para apoiar a implementação de políticas baseadas em informação e evidência.

2) Workshop para a cooperação técnica da CVSP com o Brasil por meio da SGTES, com objetivo de a) conhecer as necessidades prioritárias do ; b) apresentar os desafios atuais do CVSP e sua articulação com os NODOs país; c) estabelecer um roteiro para a cooperação regional do CVSP com a SGTES; d) analisar oportunidades de cooperação.

A SGTES e a OPAS apresentou a equipe do CVSP a proposta de trabalho elaborada para que o NODO Brasil seja instalado na SGTES tendo uma governança composta pela OPAS, FIOCRUZ e SGTES. Apresentamos a proposta de trabalho elaborada e foi um importante momento de discussão e ampliação do escopo de atuação da SGTES na estruturação do NODO Brasil

Novembro/23 – Missão a Universidade da Flórida para conhecer a estrutura de formação e regulação do exercício profissional do Enfermeiro de Práticas Avançadas nos EUA.

A visita técnica contou com 18 participantes do Brasil de várias instituições: Ministério da Saúde (SAPS e SGTES), OPAS (HRH), UFAM, UFF, UFC, UECE, COREn SP, UFPR, UFPB. Foi organizada a partir de visitas a serviços de saúde de APS e Hospitalar, além de momentos concentrados em sala de aula para apresentar o processo de trabalho e competências dos Enfermeiros de Prática Avançada e, a estrutura organizacional e de regulação do exercício profissional nos EUA.

Esta missão possibilitou conhecermos a realidade do Sistema de Saúde dos EUA e como é a inserção e atuação do Enfermeiro de Prática Avançada nos serviços. Por meio da cooperação técnica a SGTES e a OPAS constituiu um Grupo de Trabalho com objetivo de discutir sobre o escopo de práticas do Enfermeiro(a) analisando a proposta internacional das práticas avançadas em Enfermagem, conhecer a história de luta, a organização curricular da formação do enfermeiro(a) e principalmente sobre a regulação da profissão. Conhecer a estrutura da Enfermagem de Prática Avançada dos EUA, apontará as discussões quanto ao escopo de prática e atuação do Enfermeiro no SUS.

Dezembro/2023 foi realizado Treinamento Sub-Regional em Análise do Mercado de Trabalho em Saúde. A Análise do Mercado de Trabalho em Saúde (HLMA) é uma parte crítica de um pacote de intervenções para uma reorientação radical da força de trabalho em saúde investimento nos países como parte da construção de sistemas de saúde melhores e resilientes. Para melhorar a análise de dados e planejar efetivamente a força de trabalho em saúde na região, uma HLMA torna-se necessário. Pode identificar tendências e fornecer uma compreensão abrangente dos principais fatores que influenciam a oferta e a procura de profissionais de saúde, melhorando a previsão e o planejamento das necessidades dos profissionais de saúde o futuro e orientar estratégias de curto prazo para resolver questões imediatas.

O treinamento teve o objetivo de:

- Desenvolver competências sobre como conduzir um HLMA;
- Identificar os atores envolvidos no desenvolvimento do HLMA;
- Discutir e coordenar os esforços nacionais e interpaíses para utilizar o mercado de trabalho da saúde;
- Evidências para moldar os investimentos na saúde, especialmente a força de trabalho da saúde;
- Identificar países que desenvolverão um HLMA.

O Brasil desenvolverá a proposta em 2024 por meio da Comissão Nacional para Planejamento e Dimensionamento da Força de Trabalho no âmbito do Sistema Único de saúde (CPDFT-SUS). A finalidade da Comissão é elaborar, avaliar e propor dispositivos normativos e gerenciais para o planejamento e o dimensionamento da força de trabalho em saúde no âmbito do SUS.

Nesse período foi dado início a discussão sobre a necessidade de elaborar um projeto visando delinear as bases teórico conceitual e metodológicas de monitoramento e avaliação da interprofissionalidade no SUS, tendo em vista contribuir para efetividade do trabalho em equipe, da prática colaborativa e da educação interprofissional nos processos de gestão pública do trabalho e da educação na saúde. Este projeto será efetivado no primeiro semestre 2024.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Todas as questões administrativas e técnicas foram sanadas pela parceria entre as equipes da SGTES e da OPAS desde a elaboração, efetivação e monitoramento das ações.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas:

Este resultado propõe trabalhar processos técnico políticos que exigem uma articulação internacional no campo da gestão do trabalho e da educação na saúde garantindo maior sustentabilidade as intervenções e reforço da capacidade institucional, a partir da troca de experiências com outros países. As ações desenvolvidas neste período retoma a posição protagonista da SGTES/MS nas discussões sobre a sua Força de Trabalho em Saúde e no posicionamento técnico político, de se pensar estrategicamente a necessidade de formação para os trabalhadores considerando a realidade do SUS tendo como referência projetos desenvolvidos em outros países da região.

6) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)		
Nº do RE/Descrição do RE:	6	RE6: Desenvolver capacidade de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde no SUS.
Indicador(es)		
Descrição do(s) indicador(es)	Estudos e publicações elaboradas em conjunto e divulgadas.	
Meta(s)		
Descrição da(s) meta(s)	Investigações e/ou estudos de caso relacionados a Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Inquéritos aplicados à amostra significativa de produção de documentos sobre as experiências e boas práticas da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Relatório anual das ações e experiências da cooperação.	
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual		
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	4	
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	4	

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA:

As atividades planejadas neste semestre tiveram como principal objetivo apoiar institucionalmente Estados e Municípios na : Elaboração dos Planos Estaduais de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde 2024- 2027; Oficinas Regionais do- Projeto Equidade SUS: Fortalecimento do Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça, Etnia e Valorização das trabalhadoras no âmbito do SUS; Reuniões estaduais sobre o Piso Salarial da Enfermagem; Reuniões das Mesas de Negociação do SUS; Monitoramento de projetos em execução; eventos das redes das escolas do SUS; visitas técnicas as ESP e ETSUS; monitoramento do projeto Saúde com Agente; entre outras ações de interesse da cooperação técnica OPAS/BRA e SGTES/MS no campo da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde

Em outubro de 2023, foi realizado o “Encontro Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde: GENTE QUE FAZ O SUS ACONTECER - 20 Anos SGTES”, que teve como objetivo ressaltar a importância desta agenda para o desenvolvimento do SUS. O encontro contou com aproximadamente 500 participantes de todos a regiões sendo representantes das Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais e do Distrito Federal; de instituições de ensino e de pesquisa; de conselhos profissionais; dos conselhos nacional, estaduais e municipais de saúde; das secretárias do Ministério da Saúde, do CONASS e do CONASEMS.

A programação foi organizada contemplando as seguintes temáticas:

- MESA 1 - Trabalho e Educação na Saúde: Integração com as Políticas Estruturantes do SUS;
- MESA 2 - Trabalho e Educação: Redes, Afetos e Lutas;
- MESA 3 - Gestão do Trabalho e Educação na Saúde: Desafios da Integração;
- MESA 4 - Contribuição dos Observatórios para a área de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde na Região das Américas;
- MESA 5 - Rede Colaborativa de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde (REGTES): Estratégia de articulação e intercambio na saúde.

Além disto foram lançados: Aplicativo do Programa de Equidade de Gênero, Raça, Etnia e Valorização das Trabalhadoras no SUS, parceria com a SEDIGI/MS; Mostra fotográfica - RETRATOS DA GENTE e o Documentário 20 anos da SGTES.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Todas as questões administrativas e técnicas foram sanadas pela parceria entre as equipes da SGTES e da OPAS desde a elaboração, efetivação e monitoramento das ações.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas:

Este resultado tem como objetivo desenvolver capacidade de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde no SUS por meio de apoio institucional e mobilização nos territórios para implementação da política, programas e projetos em execução.

4.2 RESUMO SEMESTRAL: 2º SEMESTRE

RE	Ações programadas	Ações finalizadas	Ações adiadas/canceladas	% estado de avanços das ações
1	7	4	0	57%
2	4	4	0	100%
3	12	4	0	33%
4	1	1	0	100%
5	2	1	0	50%
6	4	4	0	100%
Total:	30	18	0	73%

5. RESUMO ANUAL

5.1 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

1) Situação do progresso das ações programadas, finalizadas com relação ao PTA

Avaliação geral das ações programadas no ano			
Situação do projeto	1º semestre de 2023	2º semestre de 2023	Anual 2023
Nº total de RE com ações programadas no período	6	6	6/6
Nº total de ações programadas	27	30	57
Nº total de ações finalizadas	13	18	31

RE	Ações programadas	Ações finalizadas	Ações adiadas/canceladas	% estado de avanços das ações
1/1	13	8	0	62%
2/2	8	6	0	75%
3/3	24	8	0	33%
4/4	2	2	0	100%
5/5	3	1	0	50%
6/6	7	6	0	83%
Total:	57	31	0	67%

5.2 CONTRIBUIÇÃO ÀS PRIORIDADES DO GOVERNO E AO PLANO ESTRATÉGICO DA OPAS

O Termo de Cooperação 102 inicia dando continuidade ao cumprimento de diversas diretrizes do Plano Nacional de Saúde 2016-2019 (PNS), bem como para com os pontos previstos no Plano Estratégico da OPAS/BRA 2014-2019 (PE) de forma direta e indireta. Cada resultado esperado foi aprimorado para fazer uma reflexão específica atual sobre a contribuição desse resultado com cada ponto do planejamento do país bem como da OPAS/BRA.

Em relação ao PNS 2020-2023, o objetivo estratégico ao qual a SGTES/MS está relacionada é o de número 07: “Aperfeiçoar a gestão do SUS, visando a garantia do acesso a bens e serviços de saúde equitativos e de qualidade”. As metas da SGTES nesse objetivo são:

- * Realizar 460.000 certificações de qualificação para profissionais, trabalhadores, gestores e acadêmicos ligados ao SUS;
- * Desenvolver ações do Programa de Educação para o Trabalho na Saúde (PETSaúde), direcionadas a 10.000 professores, estudantes, trabalhadores e profissionais da saúde, no âmbito do SUS;
- * Aumentar em 50% o número de bolsas de residências em saúde.

Destaca-se que a SGTES no primeiro semestre mobilizou o país visando a retomada da agenda política no campo da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Este movimento possibilitou que no segundo semestre de 2023 fossem pactuadas e publicadas as seguintes iniciativas:

- Portaria GM/MS nº 2.168, de 5 de dezembro de 2023 - Institui o Programa de Valorização da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde - ValorizaGTES-SUS. <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-2.168-de-5-de-dezembro-de-2023-528588815>. Esta portaria possibilitou fazer repasse de recurso aos estados e municípios para a Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde;

- Chamamento Público nº 11, de 16 de novembro de 2023 da SGTES/MS, onde convida as secretarias de saúde e as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas ou privadas sem fins lucrativos a submeterem projetos, com vistas à seleção no âmbito do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde: Equidade);

- Chamamento Público nº 6, de 5 de setembro de 2023 da SGTES/MS, visando à seleção de organização da sociedade civil interessada em celebrar termo de fomento que tenha por objeto a execução de projeto para desenvolver ações de formação, qualificação, comunicação e pesquisa no âmbito do Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça e Valorização das Trabalhadoras no Sistema Único de Saúde (SUS);

- O MS publicou a Portaria GM/MS nº 1.677, de 26 de outubro de 2023, que dispõe sobre o repasse da assistência financeira complementar para o pagamento do Piso Salarial aos Profissionais da Enfermagem, e dá outras providências. A competência de operacionalizar e monitorar as transferências de recursos para o Piso passa a ser de responsabilidade da SGTES;

- Publicada Portaria GM/MS n.º 1.133, de 16 de agosto de 2023 que Institui o Programa de Formação de Agentes Educadoras e Educadores Populares de Saúde, o âmbito da SGTES, em parceria com movimentos sociais populares. A ação, voltada para o fortalecimento do SUS e para a valorização de práticas tradicionais e populares de cuidado, da comunicação popular e da educação popular em saúde, tem como compromisso a formação de uma rede nacional de Agentes Educadoras e Educadores Populares de Saúde. A execução do programa pressupõe a articulação e formação entre os movimentos sociais e a sociedade civil organizada, a partir de cursos de qualificação ofertados pelo MS.

Em relação ao PE 2020-2025 da OPAS/BRA, temos o Resultado intermediário (RIT) 7. Força de trabalho em saúde: Disponibilidade e distribuição adequadas de profissionais de saúde competentes.

Medidos através dos indicadores de saúde:

* 7.a Número de países e territórios que reduziram a lacuna da densidade com respeito a médicos, enfermeiras e parteiras, tendo alcançado pelo menos 25 profissionais de saúde por 10.000 habitantes em áreas subatendidas, levando em conta a meta mundial de 44,5 até 2030.

* 7.b Número de países e territórios que têm uma equipe de saúde interprofissional no primeiro nível de atenção, de forma compatível com seu modelo de atenção.

5.3 LIÇÕES APRENDIDAS/RECOMENDAÇÕES

A consistência técnica da cooperação entre a OPAS/BRA e MS na área de fortalecimento dos recursos humanos em saúde no país, nos últimos 20 anos, facilitou a abordagem técnica da área, permitindo interações com outras unidades e a relação com as contrapartes das três esferas de governo.

O planejamento e monitoramento ao PTA 2023, pelas equipes técnicas da SGTES/MS e OPAS/BRA tem apresentado melhoras nos avanços da execução das atividades e cumprimento das metas programadas.

Segue sendo um desafio ajustar os tempos administrativos às necessidades técnicas e políticas, em referência aos processos de elaboração e revisão de TR para projetos e eventos, emissão de pareceres técnicos, entre outros aspectos que permitem a continuidade das atividades programadas.

Em todo o momento da execução se faz necessário a tentativa de agilizar o andamento dos acordos técnicos programados nos planos de trabalho. Isso implica em realizar, de forma conjunta e continuada entre SGTES/MS e OPAS\BRA, uma análise aprofundada sobre a melhor forma de aplicar e de harmonizar processos e instrumentos técnico administrativos da cooperação técnica entre a Organização e a contraparte nacional.

5.4 EXECUÇÃO FINANCEIRA (de acordo com o relatório financeiro oficial da OPAS/OMS)

Recursos repassados:	US\$ 19720923.47
Recursos desembolsados:	US\$ 11986632.93
Pendente de pagamento:	US\$ 700387.47
Saldo:	US\$ 7033903.07